



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 526, DE 2011

Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, com o objetivo de reduzir o limite de receita bruta decorrente de exportação para o exterior por pessoas jurídicas instaladas em ZPE localizada na faixa de fronteira da Região Norte.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 18 da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, ~~passa a vigorar~~ com a seguinte alteração:

“Art. 18

.....

§ 8º Excepcionalmente, para ZPE localizada em faixa de fronteira da Região Norte, o limite de receita bruta decorrente de exportação para o exterior definido no caput deste artigo será de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de sua receita bruta total de venda de bens e serviços.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A ZPE e similares, como área de livre comércio com o exterior, é um instrumento utilizado em todo o mundo. Segundo informações da Organização Internacional do Trabalho – OIT, o número de países com ZPE, em 1975 eram 25, passando para 130 em 2006 e a quantidade de ZPEs, nos mesmos anos passou de 79 para 3.500.

O Brasil, mesmo que tardiamente, resolveu instalar as suas ZPEs com as seguintes finalidades:

- Atrair investimentos estrangeiros;
- Reduzir desequilíbrios regionais;
- Fortalecer o Balanço de Pagamentos;
- Promover a difusão tecnológica;
- Criar empregos;
- Promover o desenvolvimento econômico e social do país;
- Aumentar a competitividade das exportações brasileiras.

Atualmente existem no Brasil 23 Zonas de Processamento de Exportações – ZPEs em diversos estágios pré-operacionais.

Para a organização das ZPEs foi aprovado o seu marco legal, a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, estabelecendo no seu art. 18 que *somente poderá instalar-se em ZPE a pessoa jurídica que assuma o compromisso de auferir e manter, por ano-calendário, receita bruta decorrente de exportação para o exterior de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) de sua receita bruta total de venda de bens e serviços.*

No entanto, para cumprir a finalidade de redução dos desequilíbrios regionais, a instalação de uma ZPE como uma fonte de estímulo ao desenvolvimento econômico de uma região, é preciso levar em conta as peculiaridades de cada localidade. Ao estabelecer uma regra única para todo o território nacional, a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, acaba por limitar a possibilidade de interesse de empresários em investir numa ZPE situada na faixa de fronteira da Região Norte. As desvantagens da localização de um empreendimento naquela região reduzem a atratividade para os investidores.

Por outro lado, é necessário considerar a importância da ocupação da área fronteira daquela região do País para a segurança e a soberania nacionais. Assim, considero necessário permitir que sejam oferecidos estímulos adicionais às empresas que venham a se instalar em ZPE localizada na faixa de fronteira da Região Norte.

Tendo em vista a importância da faixa de fronteira da Região Norte e as suas desvantagens locais, proponho que as empresas instaladas em ZPE ali localizada possam destinar uma parcela maior da sua produção ao mercado interno. A alteração apresentada nesta proposição aumenta o limite da receita bruta auferida com vendas no mercado interno de 20% para 40%.


A mudança apresentada, também leva em consideração que apesar da crise econômica internacional, o Brasil vem assistindo um contínuo crescimento econômico, inclusive possibilitando a criação de uma nova classe média, correspondendo a 50,5% da população, responsável por um robusto mercado interno.

O crescimento do mercado interno, por um lado, e as dificuldades das empresas atingirem o patamar de 80% de exportação, por outro, nos leva a propor mudança no percentual de exportação como forma de viabilizar as ZPEs localizadas na região fronteira. Também é importante ressaltar que a produção destinada ao mercado interno não significará vantagem na concorrência com os produtos de outras regiões, na medida em que a logística e distância dos principais mercados consumidores aumentam significativamente o custo.

Estou certo de que este diferencial de tratamento resultará em maior atratividade para os investimentos na faixa de fronteira da Região Norte. Assim sendo, peço o apoio dos nobres Senadores a esta proposição.

Sala das Sessões,


Senador JORGE VIANA


(SEN. ANGELA PORTELA)

Amilton Lima (PT-AC)

LEI Nº 11.508, DE 20 DE JULHO DE 2007.

Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências.

Art. 18. Somente poderá instalar-se em ZPE a pessoa jurídica que assuma o compromisso de auferir e manter, por ano-calendário, receita bruta decorrente de exportação para o exterior de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) de sua receita bruta total de venda de bens e serviços.
(Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

§ 1º A receita bruta de que trata o caput deste artigo será considerada depois de excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre as vendas. (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

§ 2º O percentual de receita bruta de que trata o caput deste artigo será apurado a partir do ano-calendário subsequente ao do início da efetiva entrada em funcionamento do projeto, em cujo cálculo será incluída a receita bruta auferida no primeiro ano-calendário de funcionamento. (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

I - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

a) (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

b) (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

c) (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

II - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

a) (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

b) (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

c) (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

d) (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

e) (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

III - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

a) (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

b) (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

c) (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

~~§ 3º Os valores relativos aos produtos internados, que tenham sido fabricados por empresas localizadas em ZPE, não serão computados para os efeitos da limitação de que trata o caput deste artigo, quando as compras correspondentes forem efetuadas pela União, Estado, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias, e tiverem sido realizadas em virtude de concorrência internacional.~~

— § 4ª A energia elétrica produzida por empresa em ZPE, excedente ~~da capacidade instalada~~ ¹⁴⁷⁶¹⁴³⁸ poderá ser vendida no mercado interno, observado o mesmo tratamento tributário dado à energia elétrica produzida e distribuída no País, sujeitando-se ao mesmo percentual de intermediação presente nesta Lei.

§ 3ª Os produtos industrializados em ZPE, quando vendidos para o mercado interno, estarão sujeitos ao pagamento: (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

I - de todos os impostos e contribuições normalmente incidentes na operação; e (Incluído pela Lei nº 11.732, de 2008)

II - do Imposto de Importação e do AFRMM relativos a matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem de procedência estrangeira neles empregados, com acréscimo de juros e multa de mora, na forma da lei. (Incluído pela Lei nº 11.732, de 2008)

§ 4ª Será permitida, sob as condições previstas na legislação específica, a aplicação dos seguintes incentivos ou benefícios fiscais: (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

I - regimes aduaneiros suspensivos previstos em regulamento; (Incluído pela Lei nº 11.732, de 2008)

II - previstos para as áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, instituída pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007; da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, instituída pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; e dos programas e fundos de desenvolvimento da Região Cento-Oeste; (Incluído pela Lei nº 11.732, de 2008)

III - previstos no art. 9ª da Medida Provisória nº 2.159-70, de 24 de agosto de 2001; (Incluído pela Lei nº 11.732, de 2008)

IV - previstos na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; e (Incluído pela Lei nº 11.732, de 2008)

V - previstos nos arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. (Incluído pela Lei nº 11.732, de 2008)

~~§ 5ª Será permitida, sob condições previstas em regulamento, a aplicação dos seguintes regimes aduaneiros especiais à mercadoria saída de ZPE:~~

~~I - trânsito aduaneiro; (Revogado pela Lei nº 11.732, de 2008)~~

~~II - admissão temporária; e (Revogado pela Lei nº 11.732, de 2008)~~

~~III - o previsto no inciso II do art. 78 da Lei nº 37, de 18 de novembro de 1988; (Revogado pela Lei nº 11.732, de 2008)~~

§ 5ª Aplica-se o tratamento estabelecido no art. 6ª-A desta Lei para as aquisições de mercadorias realizadas entre empresas autorizadas a operar em ZPE. (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

§ 6ª A receita auferida com a operação de que trata o § 5ª deste artigo será considerada receita bruta decorrente de venda de mercadoria no mercado externo. (Incluído pela Lei nº 11.732, de 2008)

§ 7ª Excepcionalmente, em casos devidamente autorizados pelo CZPE, as matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem adquiridos no mercado interno ou importados com a suspensão de que trata o art. 6ª-A desta Lei poderão ser revendidos no mercado interno, observado o disposto nos §§ 3ª e 6ª deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.732, de 2008)

(Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)

Publicado no DSF, de 31/08/2011.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

(OS:14460/2011)